

PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

Vera Lúcia Hess de Mello Lopes

Arquivo Nacional – Coordenação-Geral de Gestão de Documentos

vhess@arquivonacional.gov.br

RESUMO: No Brasil, as discussões para a criação de uma terminologia arquivística se iniciaram com a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971. O Arquivo Nacional, entre as décadas de 1980 e 1990, desenvolveu vários estudos no sentido da constituição de uma terminologia brasileira. Em setembro de 2004, foi concluído o trabalho denominado “Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística”, com o propósito de oferecer à comunidade arquivística uma base de discussão comum e atualizada.

Os estudos basearam-se nos trabalhos anteriormente desenvolvidos pela Instituição, bem como em outros dicionários e glossários nacionais e internacionais, tais como o “Dicionário de termos arquivísticos” (Salvador/Bahia – 1989), o “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística” (São Paulo/São Paulo – 1990) e o “Dictionary of archival terminology” (do Conselho Internacional de Arquivos – DAT 1/versão 1984, DAT 2/versão 1988 e DAT 3/versão atualizada 2002), por exemplo. Sua proposta não foi a de uma mera tradução ou compilação de termos, pois houve a preocupação de incorporar expressões que são utilizadas somente no Brasil, além de novos termos que surgiram a partir das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF). A submissão desse trabalho à consulta pública pretendeu que as instituições arquivísticas brasileiras e os profissionais da área pudessem apresentar críticas e sugestões que o enriquecessem e ampliassem o universo de termos contemplados.

Palavras-chave: terminologia arquivística; descrição arquivística; arquivo; normas.

1. INTRODUÇÃO

A definição e a consolidação de uma terminologia na área de arquivos é um antigo desejo da comunidade arquivística nacional e internacional. Assim, buscando concretizar este anseio, grupos de trabalho nacionais e internacionais têm desenvolvido estudos neste sentido. No Brasil, a atuação do Arquivo Nacional tem sido bastante relevante, quer seja por meio da participação de seus técnicos em alguns dos grupos criados, quer seja pelo trabalho desenvolvido dentro da própria Instituição.

- Os estudos em âmbito internacional

As discussões a este respeito tiveram início no ano de 1948, com a criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) que formou um Grupo de Trabalho que se dedicou, entre 1954 e 1963, a estudar o tema e a estabelecer a equivalência de termos e definições em diferentes idiomas, como o francês, o inglês, o alemão, o espanhol, o italiano e o holandês. Em 1964, foi lançado o “Elsevier’s lexicon of archive terminology”.

Em 1974, foi lançado o “Basic glossary for archivists, manuscripts curators and records managers”, da autoria de Frank Evans, e em 1976, o “Terminology of documentation”, compilado por Gernot Wersig e Ulrich Neveling, que englobou 1.200 termos em inglês, francês, alemão, russo e espanhol.

Em 1977, o CIA constituiu um novo Grupo de Trabalho para dar continuidade aos estudos sobre a terminologia, sendo o mesmo presidido por Peter Walne (Inglaterra) e integrado por François-J. Himly e Michel Duchein (França), Eckhart G. Franz (República Federal da Alemanha), Antonio Arago (Espanha), Frank Evans (EUA), Filip J. Dolgih (URSS) e Charles Kecskeméti (Secretário-Executivo do CIA).

Em 1984, o CIA publicou o “Dictionary of archival terminology” (DAT), compreendendo 503 termos. O DAT apresentou como característica a aproximação de termos e definições em inglês a termos e definições em francês, além de estabelecer equivalências em holandês, alemão, italiano, russo e espanhol. Em inglês foram reunidos termos específicos utilizados no Reino Unido, nos EUA, no Canadá e na Austrália e em francês os usados na França, no Canadá e na Bélgica. No final da obra havia índices por idioma.

Uma segunda edição do DAT foi lançada em 1988. Esta edição seguiu a mesma filosofia do primeiro, contando com 486 termos e definições em inglês e francês e seus equivalentes em holandês, alemão, italiano, russo e espanhol. Contribuíram para a realização deste trabalho Michel Duchein (França), Eckhart G. Franz (República Federal da Alemanha) e Peter Walne (Inglaterra), além de Leopold Auer (Áustria), Bruno Delmas (França), R. Leipold (República Democrática da Alemanha), Maria Pia Rinaldi e Elio Lodolini (Itália), Eric Ketelaar e Peter Sigmond (Holanda), María Concepción Contel Barea (Espanha) e F. M. Vaganov (URSS).

Entre a publicação dos DAT 1 e DAT 2, a Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) promoveu o lançamento de vários trabalhos que foram produzidos pelos países do mundo hispânico. Em 1986, em versão datilografada, circulou o trabalho de Manuel Vázquez (Argentina) e de Maria Luisa Acuña Braun (México). Em 1990, Cuba lançou o “Diccionario de archivología”, que foi reeditado pela Colômbia em 1992, com o título de “Diccionario de terminología archivística”. Em 1993, a Espanha publicou o “Diccionario de terminología archivística”, cuja segunda edição foi apresentada em 1995. Em 1997, o Grupo Iberoamericano de Tratamiento de Archivos Administrativos (GITAA) apresentou seu trabalho, intitulado “Hacia un diccionario de terminología archivística”, que tinha a proposta de fazer uma aproximação de termos e conceitos utilizados na Espanha, Colômbia, Cuba, México, Brasil e Portugal.

Durante este período também vieram a público as contribuições de Portugal que, em 1989, apresentou uma versão provisória do “Dicionário de terminologia arquivística”, sendo o texto definitivo publicado em 1993.

Em 2002, o Grupo de Terminologia do CIA divulgou pela Internet uma nova versão do “Dictionary of archival terminology”, cuja última atualização data de 21 de setembro do mesmo ano. O DAT 3 possui 313 termos e conceitos definidos em inglês e com suas equivalências em francês, alemão e espanhol.

- Os estudos no Brasil

No Brasil, os estudos sobre a terminologia foram iniciados em 1971 com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que formou um Grupo de Trabalho integrado por vários técnicos, destacando-se Maria Luiza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes Costa e Souza e Wilma Schaefer Correa. O resultado do trabalho do referido Grupo foi à elaboração de um glossário com 132 termos, apresentado no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972.

Em 1977 a AAB criou o Comitê de Terminologia Arquivística, que em 1982, junto com a Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística do Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação (CB-14) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), iniciou um projeto de normalização da terminologia arquivística. O Grupo, composto por Maria de Lourdes Costa e Souza (da AAB), Marilena Leite Paes e Eloísa Helena Riani (da Fundação Getúlio Vargas), María de La Encarnación E. Santos (do Arquivo Nacional), José

Lázaro de Souza Rosa (da Comercial Prontocópia S.A.), além de Maria Amélia Porto Migueis e Irene de Menezes Dória, lançou em 1983 seus resultados que compreendiam 60 termos em português, com as respectivas definições. Em 1986, o trabalho passou à categoria de norma brasileira, a “NBR 9578: Arquivo – Terminologia”.

No ano de 1988, com o apoio da ALA, foi divulgada, junto à comunidade arquivística brasileira uma tradução do DAT 1 realizada por Maria Amélia Porto Migueis e Maria Odila Kahl Fonseca, que tinha como objetivo fornecer uma base que norteasse a discussão e a organização de uma terminologia eminentemente nacional. Como consequência do lançamento pelo CIA neste mesmo ano do DAT 2, foi discutida na I Conferência Nacional de Arquivos, realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a necessidade da atualização da tradução, mas de uma maneira mais ampla, uma vez que foi apontada a importância de serem sistematizados e incorporados termos e conceitos de uso regional, sem perder de vista a terminologia internacional.

Em 1989, foi lançado o “Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira”, tendo o trabalho contado com a participação de alunos do Curso de Especialização em Arquivologia da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação do professor Rolf Nagel.

Ainda no ano de 1989 foi divulgado na II Conferência Nacional de Arquivos Públicos, realizada em Porto Alegre (RS), o resultado dos estudos desenvolvidos pelo Grupo Trabalho de Terminologia Arquivística de São Paulo, composto por Ana Maria de Almeida Camargo, Ana Maria Penha Mena Pagnocca, Aparecida Sales Linares Botani, Célia Reis Camargo, Edite Maria da Silva, Felícia Musikman, Guita Mindlin, Heloísa Liberalli Bellotto, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves, Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso e Viviane Tessitore. O trabalho, intitulado “Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística”, era uma versão preliminar, aberta a receber críticas e contribuições. Um ano mais tarde, em 1990, foi lançado o “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia em língua portuguesa”, versão mais elaborada e completa.

Em 1996, o Grupo de Trabalho de Terminologia Arquivística de São Paulo, agora composto por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (Coordenadoras), Aparecida Sales Linares Botani, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves e Viviane Tessitore, lançou uma nova versão do dicionário, intitulada “Dicionário de terminologia arquivística”.

- Os estudos no Arquivo Nacional

A preocupação com a definição e o estabelecimento de uma terminologia brasileira na área de arquivos tem sido uma preocupação constante do Arquivo Nacional. Os estudos a este respeito já vinham se desenvolvendo desde a década de 80, mas, somente em 1990, foi instituído, oficialmente, um Grupo de Trabalho encarregado de sistematizar e consolidar todos os trabalhos referentes à terminologia que já haviam sido realizados e aqueles que estavam em curso. Este Grupo de Trabalho era composto por Jaime Antunes da Silva (Presidente), Elizabeth da Silva Maculo, Helena Moesia de Albuquerque, Ingrid Beck, Maria Izabel de Oliveira, Paulo de Tarso Paes Leme, Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manuel Marques da Fonseca. Em ocasiões especiais, colaboraram no trabalho Nilza Teixeira Soares (Distrito Federal), Helena Corrêa Machado e Maria Odila Kahl Fonseca (Rio de Janeiro), Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (São Paulo).

Um ano depois, em 1991, o Grupo de Trabalho do Arquivo Nacional divulgou preliminarmente o resultado de seus estudos com a finalidade de estender a discussão para toda a comunidade arquivística nacional, tendo recebido contribuições técnicas de várias partes do país. O “Dicionário de termos arquivísticos” reunia cerca de 550 termos e definições e, em 1992, foi encaminhado para ser publicado, o que não chegou a se concretizar.

Em 1994 a ALA solicitou que a versão apresentada fosse reduzida, tendo em vista facilitar a elaboração de uma terminologia comum em português e espanhol. Foram, então, elaboradas duas versões do trabalho, conhecidas na época como “Glossa[rio] Brasil” e “Glossa[rio] Espanha”, sendo que da elaboração desta última participou Ana Maria de Lima Brandão (do Arquivo Nacional). Este trabalho serviu como base para a elaboração, pelo GITAA, da obra intitulada “Hacia un diccionario de terminología archivística”.

De novembro de 1997 a julho de 1999, procedeu-se, no Arquivo Nacional, a uma revisão do trabalho anteriormente elaborado e interrompido na parte relativa à equivalência com outros idiomas dos seus 381 termos e conceitos.

Os estudos que vinham sendo desenvolvidos pelo Arquivo Nacional, visando à consolidação de um dicionário brasileiro de terminologia arquivística, interrompidos em 1999, foram retomados a partir de 2003. Neste momento constituiu-se um Grupo de Trabalho integrado por técnicos de diversos setores da Instituição. Alguns destes técnicos já haviam participado das fases anteriores de estudo, mas a eles se juntaram outros dispostos a colaborar com o trabalho, cuja finalidade era oferecer à comunidade arquivística uma base de discussão comum e atualizada acerca de um conjunto de termos e conceitos empregados, no Brasil, na área de arquivos. Inicialmente, o Grupo de Trabalho achava-se composto por Silvia Ninita de Moura Estevão (Coordenadora), Alba Gisele Guimarães Gouget, Beatriz Moreira Monteiro, Maria Izabel de Oliveira, Nilda Barbosa Sampaio Sobrosa, Vera Lúcia Hess de Mello Lopes e Vitor Manuel Marques da Fonseca. Posteriormente passaram a integrá-lo Maria Lúcia Cerutti Miguel e Cristina Ruth Santos. Em ocasiões especiais, ele também contou com a colaboração de José Luiz M. de Faria Santos, na área de cartografia, e de Ana Celeste Indolfo, na área de microfilmagem. O Grupo acompanhou também os trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que está elaborando um glossário específico sobre o tema.

2. OBJETIVOS

Os estudos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional tiveram como objetivo estabelecer e consolidar uma terminologia arquivística em língua portuguesa que atendesse às necessidades e especificidades da realidade brasileira e que fosse de abrangência nacional.

3. METODOLOGIA

O Grupo de Trabalho levou em consideração os trabalhos anteriormente desenvolvidos pela Instituição, assim como outros dicionários e glossários nacionais e internacionais. Foram seguidas as seguintes etapas:

- 1º) análise dos trabalhos já desenvolvidos pelo Arquivo Nacional, em particular a versão de 1992 que não chegou a ser publicada;
- 2º) estudo comparativo entre o DAT 1 (de 1984), o DAT 2 (de 1988) e o DAT 3 (versão atualizada de 2002), observando-se as variações existentes entre eles no que diz respeito aos termos e conceitos;
- 3º) análise de trabalhos nacionais, destacando-se o “Dicionário de termos arquivísticos” (Salvador/Bahia – 1989), o “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística” (São Paulo/São Paulo – 1990) e o “Dicionário de terminologia arquivística” (São Paulo/São Paulo – 1996);
- 4º) análise de trabalhos internacionais, principalmente o “Dicionário de terminologia arquivística” (Lisboa/Portugal – 1993) e o “Diccionario de terminología archivística” (Madri/Espanha – 1995), com o objetivo de aproximar a terminologia portuguesa e espanhola à terminologia brasileira.

Com base na análise e no estudo dos trabalhos citados anteriormente, houve a definição dos termos e conceitos que integrariam o universo do trabalho a ser desenvolvido, chegando-se a 451 termos.

O Grupo de Trabalho se reuniu semanalmente e, nestas reuniões, os termos e conceitos foram discutidos e analisados um a um. Os esforços resultaram no “Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística”. São suas características:

- a) os termos estão em ordem alfabética;
- b) a entrada dos termos conceituados está em negrito;
- c) as diferentes acepções de um termo aparecem numeradas em ordem crescente;
- d) os termos conceituados que aparecem na conceituação de outros termos apresentam-se em negrito;
- e) os termos conceituados com mais de uma acepção que aparecem na conceituação de outros termos apresentam-se em negrito, indicando-se, entre parênteses, o número da acepção pertinente;
- f) quanto à equivalência de termos em outros idiomas procurou-se seguir à adotada nos DAT 1, 2 e 3, com algumas especificidades:
 - foram contemplados o alemão, o espanhol, o francês, o inglês e o italiano, tendo sido excluídos o holandês e o russo, por aumentarem as dificuldades de revisão, e incluído o português de Portugal;

- os idiomas estão dispostos em ordem alfabética, embora os DAT tenham por eixo principal o inglês;
 - foi feita a distinção dos termos em outros idiomas de acordo com as acepções enumeradas em português;
 - foram mantidos os quadros de equivalência (dos DAT 1, 2 e 3) mesmo quando da não existência do termo, com a finalidade de chamar a atenção e estimular a pesquisa de modo a que sejam corrigidas possíveis omissões;
 - nem todos os termos e acepções incluídos apresentam correspondência em outros idiomas, uma vez que se decidiu não proceder à equivalência de termos quando estes não estivessem presentes nos DAT ou quando o conceito neles formulado fosse totalmente diferente daquele usado no Brasil;
- g) foram mantidos alguns termos em desuso, pois se considerou importante conservá-los, tanto para o conhecimento das novas gerações, quanto por refletirem a evolução da arquivística;
- h) foram incluídos termos tecnicamente condenáveis, mas que ainda são muito utilizados, pois se acreditou que sua manutenção teria a função pedagógica de apontar o erro àqueles que os usam;
- i) manteve-se a exclusão dos termos relativos a equipamentos, como já havia sido decidido nos estudos desenvolvidos anteriormente;
- j) manteve-se, também, a exclusão dos termos referentes à tipologia documental;
- l) os termos em inglês incorporados ao vocabulário técnico foram aporuguesados;
- m) os termos estrangeiros usados no Brasil e para os quais não existe tradução, foram mantidos tais como no original, aparecendo em itálico;
- n) o itálico foi utilizado, também, para destacar as remissivas “ver” e “ver também”;
- o) não foram incluídos termos muito comuns, que não possuem nenhum sentido técnico especial e cuja definição pode ser encontrada em qualquer dicionário da língua portuguesa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho denominado “Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística”, concluído em setembro de 2004, não é uma mera tradução ou compilação de termos e conceitos, apesar dos DAT haverem condicionado, a princípio, este universo. O resultado deste trabalho foi muito maior e

importante, pois houve a preocupação de incorporar expressões que são utilizadas somente no Brasil, além de novos termos que surgiram com o uso da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) e da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF).

A submissão deste trabalho à consulta pública pretende que as instituições arquivísticas brasileiras e os profissionais da área possam apresentar críticas e sugestões que o enriqueçam e ampliem o universo de termos e conceitos contemplados.

A partir da discussão e da sistematização das críticas e sugestões encaminhadas, o resultado final será a publicação de um dicionário de terminologia arquivística, em língua portuguesa, de âmbito nacional e que atenda às necessidades e especificidades brasileiras na área.

5. CONCLUSÃO

A padronização da terminologia arquivística usada no Brasil é imprescindível, pois minimizará os problemas decorrentes das disparidades e das contradições no uso de termos e conceitos. A criação e o uso de um instrumental básico que auxilie o tratamento técnico dos acervos documentais, bem como sirva para a formação, o treinamento e a comunicação entre os profissionais da área possibilitará, sem dúvida, o aumento da qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: 1989. 86 p. dat.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9578: Arquivo – Terminologia. Rio de Janeiro: A Associação, 1986. [10] f.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo: CENADEM, 1990. 163 p.
- AUER, Leopold. Normalización de la terminología archivística. Montreal: XII Congreso Internacional de los Archivos, 1992.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142 p.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Dicionário de terminologia arquivística. Trad. e rev. de Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Migueis. [s.l.]: s.n., [1988]. 63 f.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma internacional de descrição arquivística. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, 49)
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF): Norma internacional para registro de autoridade arquivística. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. [no prelo]
- DANNEMANN, Maria Luiza Stallard et al. Terminologia arquivística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1, 1972, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: AAB, 1972, p. 435-495.
- DICCIONARIO de terminología archivística. Compilado por SALABARRÍA ABRAHAM, Berarda; ANDIÓN HERRERO, María Antonieta; FRADES SANTOS, Luis; MESA LEÓN, Marisol; PEDIERRO VALDÉS, Olga Maria; PÉREZ QUESADA, Tamara. Santafé de Bogotá, DC: Archivo General de la Nación, 1992. 64 p.
- DICCIONARIO de terminología archivística. 2. ed. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 1995. 62 p. (Normas Técnicas de la Subdirección General de los Archivos Estatales, 1)
- DICIONÁRIO de terminologia arquivística. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. 258 p.
- EVANS, Frank B. Basic glossary for archivists, manuscripts curators and records managers. Chicago: Society of American Archivists, 1974.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, [1979]. 1499 p.
- GARCÍA DE BENEDICTIS, Ana Virginia. Glosario de terminología archivística costarricense. REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL, San José: a. 58, n. 1-2, ene. 1994.
- GRUPO IBEROAMERICANO DE TRATAMIENTO DE ARCHIVOS ADMINISTRATIVOS. Hacia un diccionario de terminología archivística. Santafé de Bogotá, DC: Archivo General de la Nación, 1997.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. DAT III [Dictionary of archival terminology]: English list (draft). Compiled by Group on Terminology of the ICA. [s.n.t.]. 73p. Disponível: <http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/datiii/intro.htm>. Acesso: set. 2002.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Dictionary of archival terminology: english and french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish. Edited by Peter Walne. Compiled by Frank B. Evans, François-J. Himly and Peter Walne. 2. ed. rev. ed. München, New York, London, Paris: K. G. Saur, 1988. 212 p. (ICA Handbooks Series, 7)

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Dictionary of archival terminology: english and french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish. Edited by Peter Walne. Compiled by Frank B. Evans, François-J. Himly and Peter Walne. München, New York, London, Paris: K. G. Saur, 1984. 226 p. (ICA Handbooks Series, 3)

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Elsevier's lexicon of archive terminology (french, english, german, spanish, italian, dutch). Amsterdam: Elsevier Publishing Company, 1964. 83 p.

LODOLINI, Elio. Terminología archivística. Caracas: s.n., 1988.

MARTINS, Neire do Rossio, FORTI, Maria Aparecida. Glossário de termos arquivísticos. A sistematização de arquivos públicos, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1991. p. 109-137.

NAGEL, Rolf (Ed.). Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Salvador: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional; Universidade Federal da Bahia, 1988. 109 p.

SILVA, Jaime Antunes (Pres.). Dicionário de termos arquivísticos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. 75 p. dat.

SILVA, Jaime Antunes (Coord.). Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. dat.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich (Comp.). Terminology of documentation: a selection of 1200 basic terms published in english, french, german, russian and spanish. Paris: The UNESCO Press, 1976. 274 p.